

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



fundado em 1873

**JULIO MESQUITA**  
(1891 - 1927)

**JULIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA**  
(1927 - 1969)

**Diretor Responsável**  
RUY MESQUITA

**Diretores**  
 Júlio de Mesquita Neto  
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
 Ruy Mesquita  
 Oliveiros S. Ferreira

**Diretor de Unidade**  
Ruy Mesquita Filho

**Diretor de Redação**  
Fernão L. Mesquita  
**Diretor Executivo**  
Leão Serva  
**Editor Chefe**  
Celso Kinjô

**Diretor Superintendente**  
Francisco Mesquita Neto  
**Diretor Comercial**  
Roberto Crissiuma Mesquita  
**Diretor Agência Estado**  
Rodrigo L. Mesquita

## Moralização do Congresso

Os presidentes da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, e do Senado, José Sarney, estão prometendo tomar providências para moralizar as duas Casas que dirigem, numa tentativa de melhorar a imagem do Legislativo, a instituição política brasileira com menor prestígio junto à opinião pública.

Nesta linha, Sarney irá se reunir, na próxima semana, com outros membros da Mesa do Senado para decidir sobre o fechamento do "Senadinho", a representação da Casa que funciona no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, com 300 funcionários e oito carros oficiais, mais de 30 anos depois de a cidade ter deixado de ser a Capital da República.

A justificativa para a manutenção do "Senadinho" era a necessidade de atender os senadores quando em visita ao Rio de Janeiro. Mas que senadores, além dos representantes fluminenses, têm necessidade de ir a serviço à ex-Capital da República? O "Senadinho" é apenas uma mordomia a mais, entre tantas outras que beneficiam parlamentares e funcionários do Legislativo e que há muito deveriam ter sido extintas. Não só pelos custos que acarretam para os cofres públicos, mas também pelo acinte que representam para os outros trabalhadores brasileiros.

Não tem sentido, por exemplo, o Congresso Nacional continuar pagando quatro passagens mensais para deputados e senadores para seus Estados, uma delas via Rio de Janeiro, quando eles foram aquinhoados com um salário mensal de R\$ 8 mil, pagos 15 vezes ao ano. Nesta lista é preciso enquadrar também a franquia postal, a franquia telefônica, a moradia de graça, o excessivo número de funcionários da Câmara e do Senado, as aposentadorias precoces financiadas pelo Tesouro Nacional, os altos salários dos servidores das duas Casas, muito superiores aos que pagam o Judiciário e, principalmente, o Executivo.

É difícil avaliar, em função das pressões que irão receber, até onde vão chegar e em quanto tempo, nesse processo moralizador, os presidentes da Câmara e do Senado. Mas, embora muito importante, essa moralização dos costumes não é o aspecto essencial da revolução que Luiz Eduardo Magalhães e José Sarney estão prometendo realizar. Neste momento, é muito mais relevante

adotar uma série de providências práticas para fazer Câmara e Senado funcionarem a pleno vapor, e deliberarem rapidamente — e com segurança e responsabilidade — sobre os assuntos que dependem de aprovação do Legislativo.

Tão ou mais pernicioso para a vida política e administrativa do País que os privilégios e mordomias do Legislativo é a sua ineficiência, a lentidão com que ele decide, quando decide. Na semana passada, por exemplo, para limpar a pauta de votações, em dois dias, a toque de caixa, o Congresso votou mais de 20 medidas provisórias do governo, algumas com mais de um ano de existência. É evidente que os deputados e senadores passaram esse tempo todo sem analisar o conteúdo das propostas e depois votaram de qualquer jeito, sem saber o que estavam votando. Já se passaram 15 dias desde que o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso as primeiras propostas de reforma da Constituição de 1988 e, até hoje, sua tramitação não se iniciou de fato. Com isso, só na próxima terça-feira começará a contar o prazo de cinco dias que a Comissão de Constituição de Justiça da Câmara tem para dar seu parecer sobre as emendas, primeiro passo de um longo caminho que elas têm que percorrer nas duas Casas legislativas até serem aprovadas. Nesse ritmo, a reforma da Constituição pode se transformar numa fastidiosa e interminável novela, com riscos para o Plano Real e grandes prejuízos para o País.

Sarney e Magalhães têm que agir com rigor, exigindo a presença dos deputados e senadores durante toda a semana em Brasília, cortando o ponto e punindo quem faltar às sessões, evitando — o que eles podem fazer com base no regimento interno — manobras que visem apenas obstruir as votações. O Brasil não pode ficar parado, em suspense, esperando que os deputados e senadores se disponham a trabalhar, para ter uma nova Constituição que lhe permita consolidar e ampliar os benefícios trazidos pelo programa de estabilização da economia. O único sacrifício que se pede ao Congresso, no momento, é que trabalhe com o mesmo afinho com que trabalham os outros brasileiros.